



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS 2024



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores Quotistas,

A Administração da Muxfeldt Marin & Cia Ltda. – Mux Energia, submete à apreciação dos senhores as Demonstrações Contábeis da Empresa referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. As demonstrações foram elaboradas na forma da legislação societária e demais normas legais acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. Os demonstrativos refletem os atos e operações da Empresa bem como a situação patrimonial e financeira do presente exercício social. A documentação relativa à prestação de contas encontra-se à disposição dos Senhores Quotistas, bem como estamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

Perfil

A Mux Energia estabelecida em Tapejara – RS atua no segmento de geração e distribuição de energia elétrica. No segmento geração, possui em operação uma usina hidrelétrica de 01 MW de potência instalada, sendo que a produção anual em 2024 foi de 3,785 MWh. A Mux é responsável pela distribuição de energia elétrica para os municípios de Tapejara e Ibiaçá, localizados na região nordeste do Rio Grande do Sul. Atualmente conta com 12.987 unidades consumidoras, área de concessão de 15,34 Km², e 26 colaboradores. Dispõe de uma estrutura de 210,63 km de rede de distribuição primária e secundária. Com sede em Tapejara - RS, é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, fundada em 05 de agosto de 1944. Empresa com formação tipicamente familiar, composta atualmente por 64 quotistas, na maioria descendentes dos primeiros sócios.

Contexto Setorial

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia - MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O fornecimento de energia elétrica da Mux Energia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão de longo prazo, elaborado com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária.

Tarifas

As tarifas de fornecimento de energia elétrica são reajustadas anualmente de acordo com as condições estabelecidas na legislação e no contrato de concessão. São previstos anualmente o repasse dos custos não gerenciáveis da Parcela A e corrigidos os custos gerenciáveis pelo IGP-M dos últimos 12 meses anteriores à data base, deduzido o fator X. A cada cinco anos é realizada a revisão tarifária que visa restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, em atendimento ao contrato de concessão firmado pelo Poder Concedente. Na metodologia da revisão tarifária periódica é considerada pela ANEEL a avaliação da base dos ativos utilizados na atividade de distribuição de energia elétrica, as despesas operacionais, as perdas regulatórias, depreciação, o custo médio de capital – WACC aplicado à base dos ativos que determina a remuneração da concessionária. O quinto ciclo da revisão tarifária da Mux Energia ocorreu em julho de 2022, sendo que o 6º CRTP ocorrerá 05 anos após esta data. A metodologia aplicada à quarta revisão tarifária periódica das concessionárias está definida nos Módulos 2 e 7 do PRORET – Procedimentos de Regulação Tarifária, que tratam do



cálculo da revisão tarifária e da estrutura tarifária aplicável, estabelecidas pela ANEEL, aprovados através das Resoluções Normativas nº 435 de 2011 e nº 660 de 2015.

Reajuste/Revisão Tarifária 2024

Tarifas - A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.373 de 20 de agosto de 2024 homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual – RTA da MUX Energia, o qual conduziu a um efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores de -1,61% (menos um vírgula sessenta e um por cento).

Desempenho Operacional

O balanço energético apresentado a seguir reflete a demanda de energia necessária para o atendimento do sistema de distribuição de energia elétrica em 2024. No período, a energia requerida pelo sistema totalizou 90.547 MWh, representando um aumento de 7,27% em relação ao ano de 2023.

Deste total, a geração própria correspondeu a 4,18% da energia requerida e 7,13% do mercado próprio da Mux Energia. O suprimento destinado ao mercado próprio representou 48,42% da energia requerida pelo sistema de distribuição, atendendo 82,65% da demanda do mercado próprio da Mux Energia. Já a micro e minigeração distribuída contribuiu com 10,21% do mercado próprio e 5,98% do total da energia requerida pelo sistema.

Em comparação com 2023, verificou-se uma redução de 9,06% na energia faturada, um aumento de 39,20% na energia circulante para consumidores livres e um crescimento de 13,64% na energia injetada pela geração distribuída. Esses fatores estão diretamente relacionados à intensificação da migração de consumidores para o mercado livre e à expansão da geração distribuída.

No que tange à demanda máxima, registrou-se um patamar de 22 MW em 2024, frente aos 17 MW de 2023, evidenciando um incremento expressivo de 29,42%. A empresa já está estudando um novo alimentador que irá permitir a redistribuição de cargas, garantindo a eficiência operacional, atendendo a esse crescente aumento de demanda do sistema de distribuição.

Balanço Energético em MWh									Taxa de Crescimento %		
	2024	Part.%	2023	Part.%	2022	Part.%	2021	Part.%	2024/2023	2023/2022	2022/2021
Suprimento - Mercado Próprio	43.844	82,65%	50.128	87,24%	61.385	89,62%	63.726	91,92%	-12,54%	-18,34%	-3,67%
Geração Própria - Usina Avante	3.785	7,13%	2.568	4,47%	4.519	6,60%	4.363	6,29%	47,38%	-43,17%	3,56%
Micro e Mini Geração Distribuída	5.417	10,21%	4.767	8,30%	2.588	3,78%	1.242	1,79%	13,64%	84,16%	108,42%
Total Energia Requerida Mercado MUX	53.046	100,00%	57.463	100,00%	68.492	100,00%	69.332	100,00%	-7,69%	-16,10%	-1,21%
Fornecimento Energia Faturada	47.288	52,22%	51.998	61,61%	63.519	77,77%	64.490	79,60%	-9,06%	-18,14%	-1,51%
Consumidor Livre	37.501	41,42%	26.941	31,92%	13.182	16,14%	11.689	14,43%	39,20%	104,38%	12,77%
Perdas e diferenças de Energia	5.758	6,36%	5.465	6,47%	4.973	6,09%	4.842	5,98%	5,37%	9,89%	2,72%
Total de Energia Injetada	90.547	100,00%	84.404	100,00%	81.674	100,00%	81.020	100,00%	7,28%	3,34%	0,81%

Perdas

O índice de perdas do sistema é calculado com base na razão entre a diferença da energia total injetada e a energia medida dos consumidores (cativos e livres) pelo total da energia requerida pelo sistema de distribuição, conforme a seguinte equação:

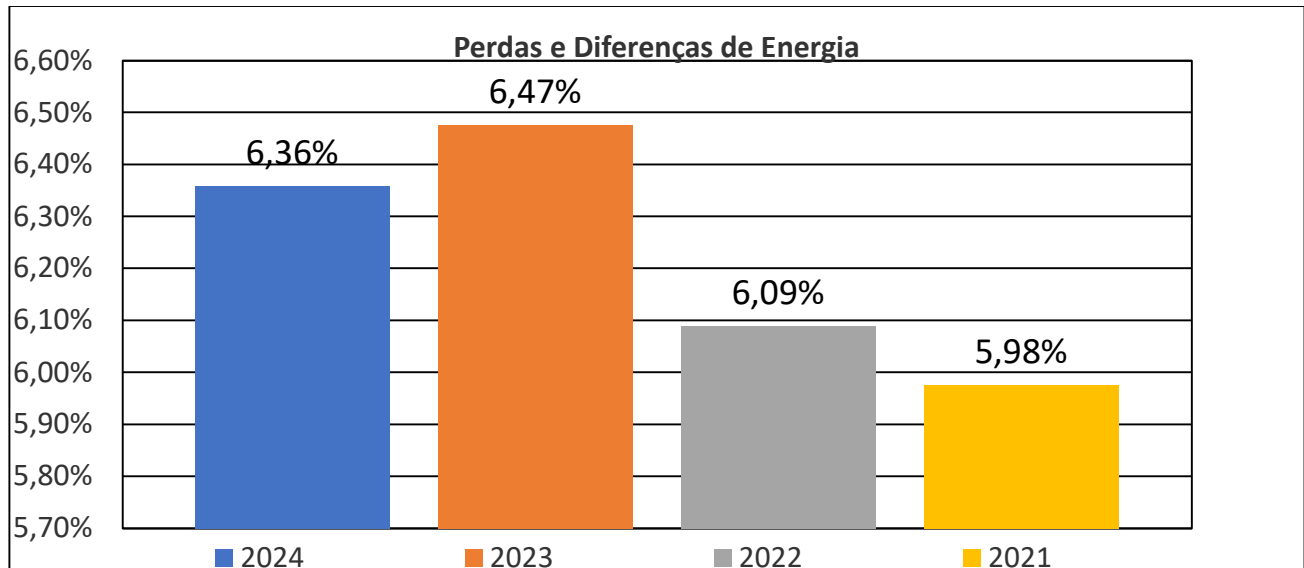
$$Perdas\% = \frac{(EnergiaRequeridaTotal - (ConsumoCativo + ConsumoLivre))}{EnergiaRequeridaTotal} \cdot 100$$

Nos últimos anos, as perdas no sistema da Mux Energia mantiveram-se em patamares estáveis, ainda que com leve tendência de crescimento, impulsionada pelo aumento da potência e energia requerida



pelo sistema. Entretanto, os níveis de perdas permanecem dentro de um intervalo considerado baixo quando comparados à média do sistema elétrico brasileiro.

A Mux Energia adota uma política contínua de monitoramento e mitigação das perdas, por meio de investimentos e aprimoramentos técnicos.



Distribuição de Energia Elétrica

A distribuição de energia na área de concessão da Mux Energia no ano de 2024, foi de 84.789 MWh (78.939 MWh em 2023).

Dentre os consumidores cativos, a classe de consumo com maior relevância é a residencial que representa 30,32% do total do faturamento. E nos consumidores livres há uma ascendência na opção por esta modalidade que já representa 44,23% do total do faturamento. Além da entrada da classe comercial nesta modalidade, no ano de 2024, representando 0,37% do total do faturamento.

A seguir são apresentados os resultados do consumo de energia elétrica e sua variação no período.

Consumidor	2024 (MWh)	Part %	2023 (MWh)	Part %	Taxa Crescimento %	
					2024/2023	2023/2022
Residencial	25.704	30,32	23.594	29,89	8,94	4,65
Industrial	2.058	2,43	10.191	12,91	-79,80	-53,51
Comercial	14.036	16,55	13.011	16,48	7,88	5,62
Rural	241	0,28	171	0,22	40,52	2,80
Poder Público	1.347	1,59	1.216	1,54	10,77	4,84
Iluminação Pública	1.564	1,84	1.690	2,14	-7,46	-49,83
Serviço Público	2.311	2,73	2.099	2,66	10,10	4,45
Consumo Próprio	26	0,03	25	0,03	2,04	-5,63
Consumidor Livre - Industrial	37.191	43,86	26.941	34,13	38,05	104,38
Consumidor Livre - Comercial	311	0,37	0	0,00	100,00	0,00
Total	84.789	100,00	78.939	100,00	7,41	2,92

Evolução do Número de Consumidores

O número de consumidores conectados ao sistema de distribuição da Mux Energia no ano de 2024 atingiu 12.987 consumidores, um crescimento de 1,57% em relação ao exercício anterior, representando um acréscimo de 201 unidades consumidoras, destas 152 são residenciais. Destaca-se



o aumento dos consumidores livres na classe Comercial, sendo que no ano anterior, eram somente na classe Industrial, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Consumidor	2024	Part %	2023	Part %	Acréscimo	Taxa Crescimento %	
						2024/2023	2023/2022
Residencial	10.942	84,25	10.790	84,39	152	1,41	1,29
Industrial	59	0,45	60	0,47	-1	-1,67	-6,25
Comercial	1.841	14,18	1.804	14,11	37	2,05	2,15
Rural	13	0,10	14	0,11	-1	-7,14	0,00
Poder Público	93	0,72	86	0,67	7	8,14	4,88
Iluminação Pública	5	0,04	5	0,04	0	0,00	0,00
Serviço Público	22	0,17	19	0,15	3	15,79	0,00
Consumo Próprio	4	0,03	4	0,03	0	0,00	0,00
Consumidor Livre - Industrial	4	0,03	4	0,03	0	0,00	33,33
Consumidor Livre - Comercial	4	0,03	0	0,00	4	100,00	0,00
Total	12.987	100,00	12.786	100,00	201	1,57	1,40

Qualidade do Fornecimento

Os indicadores de qualidade do fornecimento de energia elétrica de maior relevância são os indicadores de continuidade do fornecimento, denominados DEC (duração equivalente de interrupção por unidade consumidora) e FEC (frequência equivalente de interrupção por unidade consumidora). Tais indicadores são regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através do Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição (PRODIST) que além da metodologia de cálculo, determina os limites padrões de continuidade. Além desses indicadores, apresentamos a evolução do TMA (Tempo Médio de Atendimento ao Consumidor), que é o intervalo entre a reclamação de interrupção da energia elétrica e seu restabelecimento, o qual registrou 38 minutos em 2024. A evolução destes indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Indicadores	2022		2023		2024	
	Limite	Realizado	Limite	Realizado	Limite	Realizado
DEC (horas)	9	1,47	9	3,35	8	1,57
FEC (nº vezes)	7	0,98	7	3,20	6	2,57
TMA (minutos)	-	31	-	34	-	38

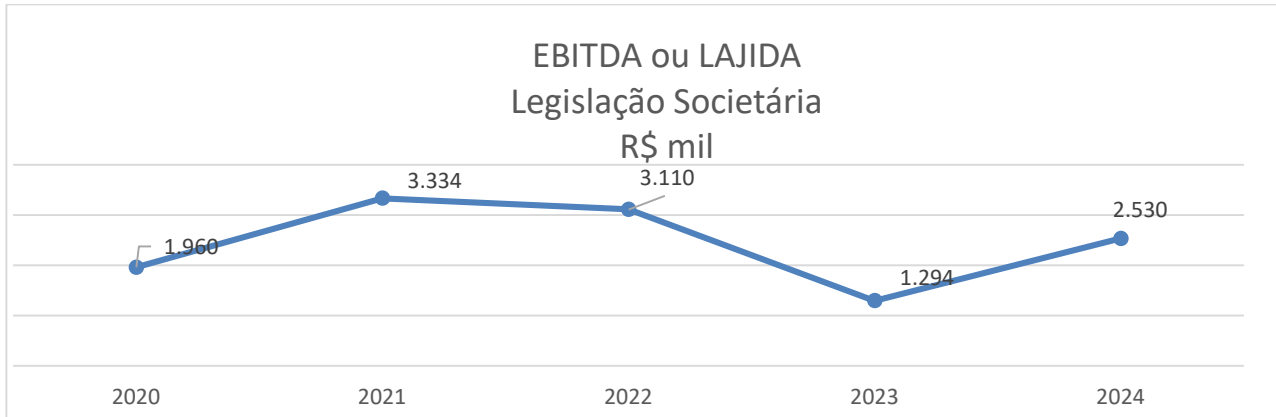
* Não existe limite definido pela ANEEL para o indicador TMA.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2024 o lucro líquido foi de R\$ 2.160 mil, comparado com o de 2023 R\$ 1.277 mil. A Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 33.693 mil, e em 2023 ficou em R\$ 31.362 mil.

EBITDA

O EBITDA, Lucro do Serviço - DRE, adicionado da despesa com depreciação e amortização foi de R\$ 2.530 mil em 2024 e R\$ 1.294 mil em 2023 representando um aumento de 95,52%.



Investimentos

Infraestrutura da Concessão

O maior incremento de investimentos realizados pela Empresa em 2024 foi Obras de Distribuição de energia elétrica que representaram R\$ 1.644 e atenderam a expansão do mercado de energia e a melhoria da qualidade de fornecimento. Na Usina os investimentos representaram R\$ 423 mil. Demais investimentos foram em Instalações gerais. Ressalte-se ainda que os investimentos efetuados contaram com a participação financeira de consumidores e do poder público em obras de infraestrutura de loteamentos e na utilização de recursos financeiros do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI), na execução de projeto que resultou em bens tangíveis e intangíveis que foram acrescidos à infraestrutura da Concessionária.

Investimentos	2024	%	2023	%	2022	%
Obras de Geração	423	19,97	120	9,27	9	0,75
Obras de Distribuição	1.644	77,62	1.167	90,19	1.188	98,84
Instalações gerais	51	2,41	7	0,53	5	0,42
Total dos Investimentos	2.118	100,00	1.294	100,00	1.202	100,00
Origem dos Recursos	2024	%	2023	%	2022	%
Recursos Próprios	974	45,99	774	59,81	1.065	88,38
Clientes	1.144	54,01	520	40,19	140	11,62
Total dos Recursos	2.118	100,00	1.294	100,00	1.205	100,00

Programa de Eficiência Energética e Pesquisa Desenvolvimento e Inovação

De acordo com a legislação setorial a Mux Energia destina 1% da sua receita líquida operacional – ROL, para investimentos em projetos os quais desenvolvem atividades cujo resultado reverte em melhorias no sistema elétrico, beneficiando a todos os usuários de energia.

Política de Reinvestimento e Distribuição de Dividendos

No exercício de 2024, a Mux Energia creditou aos sócios a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 706 mil (R\$ 830 mil em 2023), de acordo com o artigo 90 da Lei no 9.249 de 26 de dezembro de 1995, que permitiu a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social. O pagamento de dividendos será submetido à consideração do Conselho Consultivo da sociedade, conforme prevê o contrato social.



Composição Acionária

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social da Mux Energia era de R\$ 7,5 milhões, composto por 7.500.000 quotas no valor de 1,00 cada uma.

Atendimentos aos Quotistas

Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma Empresa transparente, moderna e aberta, a Mux Energia coloca à disposição dos seus quotistas um atendimento personalizado, na sua sede a Rua do Comércio, 1420 em Tapejara – RS. O atendimento presta informações sobre as posições das quotas individuais, dividendos ou juros sobre o capital próprio, créditos dos dividendos e demais informações para o bom relacionamento entre a Empresa e seus Quotistas.

Administração

Com a assinatura do 4º termo aditivo ao Contrato de concessão em 09/12/2015, a Mux Energia teve sua concessão prorrogada por mais 30 anos.

Este fato requer da Empresa a continuidade de suas operações dentro do nível de atendimento demonstrado nos últimos anos para garantir o cumprimento das metas de qualidade e de gestão previstas no novo contrato de concessão.

Como consequência das exigências cada vez maiores a nível de satisfação do consumidor e das metas de qualidade exigidas pelos órgãos reguladores, a Empresa planeja investir em uma nova estrutura organizacional para o atendimento às mudanças exigidas pelo setor elétrico.

Gestão pela Qualidade Total

A Mux Energia possui o Certificado de Registro nº 61470 emitido pelo órgão certificador ABS Quality Evaluations. Em 2024 deu continuidade ao processo de renovação da certificação do seu Sistema de Gestão de Qualidade através da NBR ISO 9001:2015. O atual escopo de certificação é “Projeto e distribuição de energia elétrica, incluindo os processos de medição, coleta de dados, apuração dos indicadores e das compensações relacionadas a tensão em regime permanente, indicadores individuais e coletivos de continuidade do fornecimento de energia elétrica, apuração dos indicadores e padrões de atendimento comercial de qualidade, das informações do cumprimento dos prazos regulados e da suspensão indevida, bem como o tratamento das reclamações de consumidores, incluindo o processo de ouvidoria.” Todo o trabalho da direção e colaboradores culminou na continuidade da certificação da Mux Energia em outubro de 2024.

Pelo 9º ano consecutivo a Mux Energia recebe o prêmio ANEEL de Qualidade, é um indicador que permite avaliar a satisfação do consumidor residencial com os serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica, é obtido anualmente a partir de pesquisa amostral realizada com consumidores de todas as distribuidoras, concessionárias e permissionárias, que atuam no território nacional. Foram feitas 29.474 entrevistas em 103 distribuidoras, realizadas em 639 municípios.

As Empresas mais bem avaliadas pelos consumidores recebem troféu, certificado e o selo. O selo pode ser aplicado nas faturas de energia elétrica e no material de comunicação institucional.

Os resultados do Prêmio são utilizados para subsidiar o aprimoramento dos instrumentos regulatórios e a priorização das ações de fiscalização.

A Empresa recebeu também o Selo Ouro no Prêmio ANEEL de Ouvidorias categoria Pequeno Porte (até 100 mil unidades consumidoras), nos anos de 2017, 2018, 2020, 2021, 2022 e 2023 e Selo Prata



no ano de 2019, premiação concedida pela ANEEL para as ouvidorias das distribuidoras que possuem as melhores estruturas de atendimento aos consumidores e os melhores desempenhos de tratamento das reclamações registradas pelos consumidores na ANEEL.

Responsabilidade Social

Cada vez mais, a Mux Energia vem reforçando seu papel de Empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente e o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade. Essas atitudes têm foco no combate ao desperdício de energia, proporcionado investimentos no Setor Elétrico, garantindo o fornecimento e trazendo, como consequência, uma melhor qualidade de vida para toda a população.

A Mux Energia também realiza, em prol da comunidade, arrecadação via conta de energia elétrica para entidades de cunho beneficente e cultural, facilitando a contribuição e diminuindo os custos.

Mensagem de Agradecimento

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho Consultivo pelo apoio prestado nas questões de maior interesse da Empresa. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Mux Energia.

Tapejara – RS, 20 de março de 2025.

Alexandre Zanini

Diretor Presidente

CPF - 234.351.190-04



BALANÇO SOCIAL
em 31 de dezembro de

Legislação Societária

		Valores expressos em milhares de reais					
		2024			2023		
1. Base de Cálculo							
Receita Líquida(RL)		33.693			31.362		
Lucro Operacional(RO)		2.565			1.264		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)		3.128			3.297		
2. Indicadores Sociais Internos							
	Valor	% sobre		Valor	% sobre		
		FPB	RL		FPB	RL	
Encargos Sociais	833	26,63	2,47	794	24,08	2,53	
Alimentação	173	5,53	0,51	145	4,40	0,46	
Segurança	9	0,29	0,03	9	0,27	0,03	
Capacitação e Desenv. Profissional	2	0,06	0,01	16	0,49	0,05	
Outros	17	0,54	0,05	74	2,24	0,24	
TOTAL	1.034	33,06	3,07	1.038	31,47	3,31	
3. Indicadores Sociais Externos							
	Valor	% sobre		Valor	% sobre		
		RO	RL		RO	RL	
Tributos (Excluídos Encargos	19.804	772,09	58,78	18.167	1.437,26	57,93	
Contrib. p/a Sociedade	9	0,35	0,03	24	1,90	0,08	
TOTAL	19.813	772,44	58,80	18.191	1.439,16	58,00	
4. Indicadores Corpo Funcional							
	Nº de Empregados			Nº de Empregados			
Nº Empreg. ativos início ano	29			30			
Nº Admissões no ano	3			2			
Nº Demissões no ano	6			3			
Nº Empreg. ativos fim ano	26			29			
Escolaridade							
Pós Graduação	2			1			
Superior	4			7			
Ensino Médio	12			14			
Ensino Fundamental	7			7			
Faixa Etária dos Empregados							
Até 30 de idade	3			6			
De 31 a 40 anos	6			9			
De 41 a 50 anos	6			5			
Superior a 50	10			9			
Mulheres que trabalham na empresa	5			6			
Menor Aprendiz	1			1			
Nº de ações trabalhistas contra a empresa	0			0			
5. Informações referente ao exercício da cidadania							
Nº total de acidentes de trabalho	0			0			
Relação entre a maior e menor remuneração	7,75			8,95			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:							
(x) direção				(x) direção			
() direção e gerências				() direção e gerências			
() todos os empregados				() todos os empregados			
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:							
(x) direção				(x) direção			
() direção e gerências				() direção e gerências			
() todos os empregados				() todos os empregados			
Nº total de reclamações/críticas consumidores	273			355			
Valor adicionado a distribuir(em milhares de reais)	26.324			23.334			
Distribuição do Valor Adicionado - DVA							
		%			%		
Governo		79,56	Governo		80,59		
Pessoal		9,30	Pessoal		11,39		
Acionistas		8,21	Acionistas		5,47		
Financiadores		2,93	Financiadores		2,54		



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
em 31 de dezembro de

Legislação Societária

Valores expressos em milhares de reais				
	2024	%	2023	%
Receitas	53.395		49.184	
Venda de Mercadorias, Produtos e Serviços	53.395		49.184	
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(27.048)		(25.884)	
Custo da Energia Comprada	(24.488)		(23.048)	
Materiais	(194)		(292)	
Serviços de Terceiros	(690)		(684)	
Outros	(1.676)		(1.860)	
(=) Valor Adicionado Bruto	26.347		23.300	
(-) Quotas de depreciação	(517)		(502)	
(=) Valor Adicionado Líquido Produzido pela Concessionária	25.830		22.798	
(+) Valor Adicionado Recebido em Transferências	494		536	
Receitas Financeiras	494		536	
(=) Valor Adicionado Total a Distribuir	26.324	100,00%	23.334	100,00%
Distribuição do Valor Adicionado	26.324		23.334	
Pessoal	2.449	9,30%	2.659	11,39%
Remunerações	2.095	7,96%	2.260	9,68%
Encargos Sociais (exceto INSS)	153	0,58%	156	0,67%
Convênio assistencial e outros benefícios	201	0,76%	243	1,04%
Governo	20.943	79,56%	18.806	80,59%
INSS (sobre folha de pagamento)	679	2,58%	639	2,74%
ICMS	7.995	30,37%	6.932	29,71%
Imposto de renda e contribuição social	560	2,13%	344	1,48%
Outros	11.709	44,48%	10.891	46,67%
Financiadores	772	2,93%	592	2,54%
Despesas financeiras	339	1,29%	177	0,76%
Aluguéis	433	1,64%	415	1,78%
Acionistas	2.160	8,21%	1.277	5,47%
Remuneração do capital próprio	706	2,68%	830	3,56%
Lucros retidos	1.454	5,52%	447	1,92%
Valor adicionado (médio) por empregado	1.053		864	

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



BALANÇO PATRIMONIAL
em 31 de dezembro de
Legislação Societária

Valores expressos em milhares de reais			
ATIVO	Nota	2024	2023
CIRCULANTE		11.835	11.467
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.916	2.309
Consumidores	5	4.503	4.492
Serviços em Curso	7	9	689
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	6	320	225
Depósitos Judiciais e Cauções		97	97
Almoxarifado Operacional		609	708
Ativos Financeiros Setoriais	12	2.146	1.286
Despesas Pagas Antecipadamente		617	592
Outros Ativos Circulantes	8	1.618	1.069
NÃO CIRCULANTE		8.651	8.582
Tributos a Compensar	6	68	90
Ativos Financeiros Setoriais	12	-	344
Despesas Pagas Antecipadamente		393	-
Ativo Financeiro da Concessão	9	1.056	740
Investimentos	10	527	482
Intangíveis	11	6.607	6.926
TOTAL DO ATIVO		20.486	20.049
PASSIVO			
CIRCULANTE		7.165	8.160
Fornecedores	13	3.363	2.961
Empréstimos e Financiamentos	14	-	1.800
Obrigações Sociais e Trabalhistas	15	447	498
Tributos e Contribuições Sociais	16	895	761
Encargos Setoriais	17	187	451
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	18	839	893
Passivos Financeiros Setoriais	12	1.108	602
Outras Passivos Circulantes		326	194
NÃO CIRCULANTE		374	260
Encargos Setoriais		374	260
Obrigações com Consumidores		-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.947	11.629
Capital Social	19	7.500	7.500
Reservas de Lucros	19	5.492	4.138
(-)Quotas Próprias em Tesouraria		(45)	(9)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		20.486	20.049

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS
em 31 de dezembro de

Legislação Societária

Valores expressos em milhares de reais			
	Nota	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		53.395	49.184
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		(19.702)	(17.822)
Impostos estaduais		(7.995)	(6.931)
Impostos federais		(4.544)	(4.186)
Impostos municipais		(34)	(34)
Encargos setoriais		(7.129)	(6.671)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20	33.693	31.362
CUSTOS OPERACIONAIS		(31.128)	(30.098)
Custo com energia elétrica	22	(24.489)	(23.048)
Energia elétrica comprada para revenda		(11.404)	(11.031)
Encargo de uso dos sistema de transmissão		(12.252)	(11.135)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa		(833)	(882)
Custo de operação	23	(6.639)	(7.050)
Custo de Construção		(1.231)	(1.357)
Pessoal		(3.128)	(3.297)
Material		(194)	(292)
Serviço de terceiros		(690)	(684)
Depreciação e amortização		(517)	(502)
Outros		(879)	(918)
LUCRO DO SERVIÇO		2.565	1.264
RESULTADO FINANCEIRO	24	(552)	(472)
Receitas financeiras		494	535
Despesas financeiras		(1.046)	(1.007)
LUCRO ANTES DA CONTRIB. SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA		2.013	792
Contribuição Social	25	(157)	(99)
Imposto de Renda	25	(402)	(246)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DA REVERSÃO JCP		1.454	447
Reversão dos juros sobre capital próprio		706	830
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.160	1.277

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
em 31 de dezembro de

Legislação Societária

Valores expressos em milhares de reais			
	Notas	2024	2023
RESULTADO DO EXERCÍCIO		2.160	1.277
Resultados Abrangentes		-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		2.160	1.277

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
em 31 de dezembro de

Legislação Societária

	Valores expressos em milhares de reais				
	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS	LUCROS ACUMULAD.	QUOTAS EM TESOUR.	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	7.500	5.291	-	-	12.791
Dividendos Pagos	-	(1.600)	-	-	(1.600)
Aquisição de quotas próprias	-	-	-	(9)	(9)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(830)	-	(830)
Lucro líquido do exercício	-	-	1.277	-	1.277
Transf. Lucro para Reservas de Lucros	-	447	(447)	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	7.500	4.138	-	(9)	11.629
Dividendos Pagos	-	-	-	-	-
Aquisição de quotas próprias	-	(100)	-	(36)	(136)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(706)	-	(706)
Lucro líquido do exercício	-	-	2.160	-	2.160
Transf. Lucro para Reservas de Lucros	-	1.454	(1.454)	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	7.500	5.492	-	(45)	12.947

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
em 31 de dezembro de

Legislação Societária

	Valores expressos em milhares de reais	
	2024	2023
Atividades Operacionais	937	2.579
Lucro Líquido do Exercício	2.160	1.277
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa	488	462
Amortização	517	502
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(29)	(40)
Variações no ativo	(831)	3.561
(Aumento) Redução Contas a Receber de Clientes	(11)	(311)
(Aumento) Redução Serviços em Curso	680	(168)
(Aumento) Redução Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	(94)	1.456
(Aumento) Redução Estoque	99	(17)
(Aumento) Redução Despesas Pagas Antecipadamente	(26)	220
(Aumento) Redução Outros Ativos Circulantes	(1.409)	346
(Aumento) Redução Ativos Não Circulantes	(70)	2.035
Variações no passivo	(880)	(2.721)
Aumento (Redução) Fornecedores	402	1.237
Aumento (Redução) Empréstimos e Financiamentos	(1.800)	-
Aumento (Redução) Obrigações Sociais e Trabalhistas	(51)	58
Aumento (Redução) Tributos e Contribuições Sociais e Encargos Setoriais	(184)	375
Aumento (Redução) Passivos Financeiros Setoriais	506	(2.466)
Aumento (Redução) Outros Passivos Circulantes	133	120
Aumento (Redução) Outros Passivos Não Circulantes	114	(2.045)
Atividades de Investimento	(588)	(626)
Aquisições do Ativo Intangível	(1.902)	(1.294)
Valor Residual do Ativo Intangível Baixado	170	148
Contribuição e Doações do Consumidor	1.144	520
Atividades de Financiamento	(742)	(2.439)
Pagamento de dividendos	-	(1.600)
Aquisição de quotas próprias	(36)	(9)
Juros sobre o capital próprio	(706)	(830)
Total dos efeitos no caixa	(393)	(486)
Saldo inicial de caixa	2.309	2.795
Saldo final de caixa	1.916	2.309
Variação no caixa	(393)	(486)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

01 – Contexto Operacional

A Muxfeldt, Marin & Cia. Ltda – Mux Energia é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com sede no município de Tapejara, localizada ao nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Os principais objetivos sociais da Mux Energia são: geração de energia elétrica sob o regime de serviço público por meio da usina hidrelétrica existente e distribuição de energia na sua área de concessão nos municípios de Tapejara e Ibiaçá – RS, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério das Minas e Energia. Possui em operação uma pequena central hidroelétrica – PCH (Avante) com capacidade instalada de 01 MW localizada no Rio Ligeiro, município de Ibiaçá-RS.

02 – Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1 - Base de Preparação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As políticas, práticas e critérios contábeis foram consistentemente adotados na elaboração dessas demonstrações contábeis em ambos os períodos apresentados.

A empresa também se utiliza das orientações e disposições contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas e procedimentos definidos pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

2.2 - Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis. Dentre elas principalmente o registro de fornecimento de energia elétrica não faturado e respectivas contas a receber, assim como a provisão para crédito de liquidação duvidosa. As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis pelas circunstâncias.

2.3- Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, considerando ainda, quando requeridos, os ajustes por conta de utilização de estimativas contábeis, quando requeridas.

2.4- Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Empresa.

03- Políticas Contábeis Materiais

3.1 - Contratos de Concessão

Os contratos de concessão assinados entre a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e as Empresas prestadoras dos serviços de distribuição de energia estabelecem regras claras a respeito de

tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. Os novos contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional. Prevê ainda o incentivo à implantação de medidas de combate ao desperdício de energia e de ações relacionadas às pesquisas voltadas para o setor elétrico.

A ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e é aplicável para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Empresa é segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que seja registrado nas demonstrações contábeis; a) um ativo intangível correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e b) um ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa(indenização) mediante reversão dos ativos ao término da concessão. A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada como uma receita de construção em contrapartida a um custo de construção, tendo também como contrapartida um ativo financeiro correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais classificados como ativo intangível que serão amortizados pelo prazo da concessão de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica em função de: a) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, b) não existir qualquer previsão de ganhos nos planos de negócio da Empresa. A administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Dessa forma as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

3.2 - Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, contas bancárias e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata e que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data da aplicação, sujeitos a um risco mínimo de valor. São demonstrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

3.3 - Consumidores

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada (estimativa), contabilizado com base no regime de competência. Inclui ainda os impostos diretos; os serviços prestados; acréscimos moratórios e outros; bem como a provisão para crédito de liquidação duvidosa calculada de acordo com a Instrução Contábil 6.3.2 contida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE e considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

3.4 - Almoxarifado operacional

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (estoque de manutenção, de obras e administrativo) estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

3.5 – Ativo e Passivo Financeiro Setorial

Com a assinatura do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, foi assegurado que além dos valores indenizados referentes aos ativos ainda não amortizados dos bens reversíveis, também serão considerados, para fins de indenização, os saldos remanescentes (ativos ou passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção, por qualquer motivo, da concessão. Tais valores financeiros devem ser apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pelo Regulador, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária.

Em 28 de novembro de 2014, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aprovou a Orientação Técnica OCPC 08, a qual trata do reconhecimento prospectivo de determinados ativos e passivos financeiros setoriais pelas distribuidoras de energia elétrica. Com o advento do aditivo dos contratos de concessão, o CPC entendeu não mais haver incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, a Empresa passou a reconhecer os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações contábeis.

3.6 - Ativo Financeiro da Concessão

O ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados que não serão amortizados até o final da concessão, ou seja, não serão recuperados via tarifa durante o período de concessão. Sobre esses ativos a Empresa possui o direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. É importante ressaltar que este não é um ativo financeiro como os demais ativos comparáveis no mercado, mas um ativo que deriva da intrínseca vinculação à infraestrutura existente na Empresa, suscetível a variações decorrentes das mudanças no ambiente regulatório. A Revisão Tarifária da Concessionária ocorre a cada 5 anos, e somente nesta data a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL através do Valor Novo de Reposição - VNR depreciado. Cabe destacar que o critério definido pela ANEEL atribui valor ao ativo imobilizado, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela deste ativo imobilizado que não deve ser depreciado/amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, a qual por sua vez tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL, e podem ser modificados tempestivamente.

3.7 - Investimentos

Representam investimentos em bens imóveis e ações, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

3.8 - Intangível

O ativo intangível da Empresa corresponde ao direito de exploração de concessões, é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do CPC 4 - ICPC 01 (R1) - OCPC 05 - Contratos de Concessão). Em função dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, o ativo intangível é registrado correspondendo ao direito que a Empresa possui de cobrar os usuários pelo uso de infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados.

Os itens que compõe a infraestrutura são vinculados diretamente à operação da Empresa, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL que regulamenta a desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Estes ativos estão avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

3.9 - Redução ao valor recuperável de ativos

A Empresa avalia, anualmente, se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Não Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável é constituído provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

3.10 - Encargos Setoriais

São obrigações a recolher, originadas dos encargos do consumidor de energia elétrica definidos em lei federal e normatizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

3.11 – Contingências Passivas

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A provisão para contingência é atualizada mensalmente quando há previsão Provável de saída de recursos, a qual busca refletir a melhor estimativa corrente nas demonstrações contábeis, sendo constituídas para reclamações trabalhistas e cíveis as ações classificadas como prováveis. Devido a irrelevância de valores de estimativas de contingências prováveis as mesmas não foram contabilizadas.

3.12 - Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis, sobre o lucro tributável. Os impostos e contribuições sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

São calculados pelas alíquotas estabelecidas pela legislação em vigor na data do balanço, aplicados sobre o lucro tributável e, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitadas a 30% do lucro real. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos, os quais são registrados contabilmente, quando requeridos.

3.13 - Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime da competência.

04 – Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	118	202
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.798	2.107
<u>Total</u>	<u>1.916</u>	<u>2.309</u>

05 – Consumidores

A composição do grupo Contas a Receber de Clientes está assim representada:

Ativo Circulante

Classe de Consumidores	<u>Vincendos</u>	<u>Vencidos</u>		<u>Subtotal</u>	<u>PCLD</u>	<u>Total</u>	
		<u>Até 90 dias</u>	<u>Mais de 90 dias</u>			<u>2024</u>	<u>2023</u>
Residencial	1.335	233	44	1.612	(35)	1.577	1.550
Industrial	114	-	-	114	-	114	108
Comercial	731	68	20	819	(18)	801	894
Rural	4	-	-	4	-	4	7
Poder Público	78	-	-	78	-	78	93
Iluminação Pública	52	-	-	52	-	52	50
Serviço Público	162	18	-	180	-	180	148
Consumidor Livre	671	-	-	671	-	671	647
Subtotal	<u>3147</u>	<u>319</u>	<u>64</u> 	<u>3530</u>	<u>(53)</u> 	<u>3477</u> 	<u>3497</u>
Serviço Taxado	8	5	3	16		16	15
Outros créditos(acres mor)	11	7	22	40		40	39
Renda não faturada	970	-	-	970	-	970	941
Total	<u>4136</u>	<u>331</u>	<u>89</u>	<u>4556</u>	<u>(53)</u>	<u>4503</u>	<u>4492</u>

Ativo Não Circulante

Classe de Consumidores	<u>Vincendos</u>	<u>Vencidos</u>		<u>Subtotal</u>	<u>PCLD</u>	<u>Total</u>	
		<u>Até 90 dias</u>	<u>Mais de 90 dias</u>			<u>2024</u>	<u>2023</u>
Industrial	-	-	599	599	(599)	-	-
Subtotal	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>599</u> 	<u>599</u>	<u>(599)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros créditos	-	-	21	21	(21)	-	-
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>620</u> 	<u>620</u>	<u>(620)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD

Conforme descrito no item 3.3 – Consumidores - Políticas Contábeis Materiais, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada de acordo com a Instrução Contábil 6.3.2 contida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE e com a legislação do imposto de renda, que estabelece os seguintes critérios:

- (a) Consumidores residenciais e comerciais vencidos há mais 180 dias; e
- (b) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

O valor da provisão constituída, é considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

06 – Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Circulante		
ICMS s/ Aquisições para o Ativo Imobilizado	68	76
IRPJ a Compensar	11	-
Programa de Integração Social - PIS	43	26
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	198	123
	<u>320</u>	<u>225</u>
Não Circulante		
ICMS s/ Aquisições para o Ativo Imobilizado	68	90
PIS - Crédito s/ exclusão do ICMS da Base de Cálculo	-	-
COFINS - Crédito s/ exclusão do ICMS da Base de Cálculo	-	-
	<u>68</u>	<u>90</u>

ICMS s/Aquisições para o Ativo Imobilizado

O ICMS incidente sobre Aquisições para o Ativo Imobilizado refere-se a créditos fiscais provenientes de compra de bens destinados ao Ativo Imobilizado e relacionados à atividade fim da Empresa.

Através da Lei Complementar 102/00, o crédito de ICMS passou a ser constituído e amortizado mensalmente na proporção de 1/48. O Decreto 50.756 de 2013 permite que os créditos sejam apropriados na proporção de 1/24 desde que as mercadorias sejam produzidas por Empresa fabricante localizada no Estado do Rio Grande do Sul.

07 – Serviços em Curso

São registrados nesta conta os serviços em andamento controlados pelo sistema de ordens de serviço em curso - ODS, os projetos desenvolvidos pela Empresa referentes aos Programas de Eficiência Energética - PEE e Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – PDI, os quais fazem parte dos encargos setoriais.

No ano de 2020 foi firmando Parceria com a Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Fundação de Apoio a Tecnologia e Ciência - FATEC e a FOX IOT Soluções em Equipamentos e Engenharia para execução do projeto de Pesquisa e Desenvolvimento intitulado “Solução Inovadora de Comunicação de Longo Alcance Bidirecional de Baixo Custo para Leitura e Gerenciamento Remoto de Unidades Consumidoras Classe B em Áreas Urbanas, Suburbanas ou Rurais”, sendo que em 2024 foi concluído o projeto.

Em 2024 a Mux Energia aderiu a um projeto plurianual cooperado intitulado Olimpíada Nacional de Eficiência Energética – ONEE, de cunho educacional promovido pela EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A em que 51 concessionárias de distribuição participaram cujo objetivo é promover uma ação educacional nas escolas de ensino fundamental de forma híbrida visando estimular hábitos sustentáveis que possam contribuir para o uso seguro e eficiente da energia elétrica em todo o território nacional e estimular as aprendizagens no campo de Ciências da Natureza.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	689
Programa de Eficiência Energética - PEE	9	
<u>Total</u>	<u>9</u>	<u>689</u>

08 – Outros Ativos Circulantes

Outros Devedores	123	66
Subsídios Tarifários *	1.495	1.003
Total	<u>1.618</u>	<u>1.069</u>

* A rubrica Subsídios Tarifários refere-se ao valor a ser repassado pela CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) a título de ressarcimento aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

09 – Ativo Financeiro da Concessão

A ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão estabelece as diretrizes para a contabilização, pelos operadores (concessionárias), dos contratos de concessão. De acordo com a ICPC 01 (R1), a Empresa tem o direito de utilizar a infraestrutura da concessão para prestar os serviços de distribuição de energia elétrica. Esse direito está representado nas Demonstrações Contábeis pelo somatório do ativo financeiro e ativo intangível.

Saldo inicial do Ativo Financeiro	740
Transferência do Intangível	316
(-) Transferência das Obrigações Especiais	-
Saldo final do Ativo Financeiro	1.056

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativo Financeiro da Concessão	1.056	740
Ativo Intangível da Concessão	6.607	6.926
Total Contrato de Concessão	<u>7663</u>	<u>7666</u>

Contrato de Concessão

A Mux Energia detém a concessão de distribuição de energia elétrica para os municípios de Tapejara e Ibiaçá – RS. Em 18 de outubro de 2000, a Empresa e a Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL assinaram o contrato de concessão nº 087/2000, que regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantem a prestação de serviço na área de concessão. A concessão para distribuição de energia elétrica tinha prazo até abril de 2017, sendo que em 09/12/2015 se deu a renovação através do quarto Termo Aditivo do Contrato de Concessão, prorrogando o mesmo até 31/12/2045. Além de todas as demais cláusulas deste Aditivo, o documento impõe condições para a prorrogação. A concessionária deveria observar pelo período de cinco anos contados de 1º de janeiro de 2016, as condições de eficiência na prestação do serviço de distribuição e de eficiência na gestão econômica e financeira contidas nos anexos II e III do referido documento. O descumprimento de uma das condições de prorrogação dispostas nos anexos II e III por mais de dois anos consecutivos ou quaisquer das condições ao final do período de cinco anos, acarretaria a Extinção da Concessão, respeitadas as disposições do contrato, particularmente o direito à ampla defesa e ao contraditório.

A concessão da Empresa não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados ao Poder Concedente. Ao término do prazo de vigência do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União,

mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada por auditoria do próprio órgão regulador.

Vinculação dos Bens a Concessão

O Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, artigos 63 e 64 instituiu que os bens e instalações utilizados na geração, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Atualmente a Resolução Normativa Aneel 948 de 16 de novembro de 2021, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, e dispensa da obrigação de solicitar anuência prévia, determinando somente a manutenção de dossiê de desvinculação composto por documentos específicos, os quais deverão ser mantidos para posterior comprovação junto ao órgão regulador. Determina em caso de alienação dos respectivos bens, que o resultado deduzido os encargos incidentes sobre a receita da venda sejam depositados em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

10 – Investimentos

Estão registrados pelo custo de aquisição, líquido de provisão para perda quando aplicável.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Participações Societárias Permanentes	457	413
Outros Investimentos	70	69
Total	<u>527</u>	<u>482</u>

11 – Intangível

O ativo intangível está constituído da seguinte forma:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Em serviço (Líquido)	9.732	8.786
Em Curso	288	442
Obrigações especiais (Líquida)	(3.413)	(2.302)
Total	<u>6607</u>	<u>6926</u>

A movimentação do saldo ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 está assim representada:

	<u>Serviço</u>	<u>Curso</u>	<u>Total</u>
Saldo do Intangível em 31/12/2023	6.484	442	6.926
Adições	-	1.764	1.764
Baixas	(383)	-	(383)
Amortização	(471)	-	(471)
Transferência - Ativo Intangível	2.149	(1.918)	231
Transferência - Ativo Financeiro	(316)	-	(316)
Obrigações Especiais	(1.144)	-	(1.144)
<u>Saldo em 31/12/2024</u>	<u>6319</u>	<u>288</u>	<u>6607</u>

Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais são vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam valores dos consumidores e dos municípios, bem como as doações não condicionadas a

qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na atividade de Distribuição. A partir do segundo ciclo da Revisão Tarifária a quota de reintegração dos valores dos bens constituídos com recursos das obrigações especiais, independentemente da sua data de formação tem seus efeitos anulados no resultado contábil através da amortização das referidas obrigações.

A composição dessas obrigações está assim representada:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Participação dos Municípios	39	39
Participação do Consumidor	2.813	2.389
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	1.219	498
Ultrapassagem de Demanda e Excedentes de Reativos	306	306
Amortização	(1.098)	(930)
Participações em Curso	134	-
<u>Total</u>	<u>3.413</u>	<u>2.303</u>

12 – Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

Para os ativos e passivos financeiros setoriais, conforme já mencionados no item 3.5 – Ativo e Passivo Financeiro Setorial - Políticas Contábeis Materiais, a Empresa reconheceu na contabilidade societária em conformidade com o OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos e/ou Passivos das distribuidoras de energia elétrica, os seguintes itens:

Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” – CVA.

<u>Ativo</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não Circulante</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Reajuste Tarifário de 2024 (em amortização)				
Parcela A	225	64	-	-
Demais ativos financeiros setoriais	404	850	-	-
	629	914	-	-
Variação capturada para Reajuste Tarifário de 2025				
Parcela A	794	236	-	-
Demais ativos financeiros setoriais	723	136	-	-
	1.517	372	-	344
<u>Total</u>	<u>2.146</u>	<u>1.286</u>	<u>-</u>	<u>344</u>

<u>Passivo</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não Circulante</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Reajuste Tarifário de 2024 (em amortização)				
Parcela A	2	153	-	-
Demais passivos financeiros setoriais	279	-	-	-
Devoluções Tarifárias	- 61	287	-	-
	220	440	-	-
Variação capturada para Reajuste Tarifário de 2025				
Parcela A	301	34	-	-
Demais passivos financeiros setoriais	306	-	-	-
Devoluções Tarifárias	281	128	-	-
	888	162	-	-
<u>Total</u>	<u>1.108</u>	<u>602</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Total Líquido</u>	<u>1.038</u>	<u>684</u>	<u>-</u>	<u>344</u>

CVA: Conta de compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A”: A partir de 26 de outubro de 2001, a ANEEL autorizou o diferimento da variação dos custos incorridos considerados não gerenciáveis, que fazem parte do cálculo do índice de reajuste tarifário. Os principais custos que integram a “Parcela A” são: CDE, PROINFA, ESS e Energia Elétrica comprada para Revenda. Os custos são registrados na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA), atualizados pela taxa de juros SELIC e apropriados ao resultado quando incluídos na tarifa, fixada pela ANEEL no próximo reajuste tarifário.

Reajuste tarifário de 2024 em amortização: representado pelos custos não gerenciáveis capturados em períodos tarifários anteriores e repassados à tarifa de energia elétrica autorizada pela ANEEL para o período de 22 de julho de 2024 a 21 de julho de 2025.

Custos não gerenciáveis capturados para o reajuste tarifário de 2025: É composto pelos custos não gerenciáveis da parcela A apurados no período de 22 de julho de 2024 a 31 de dezembro 2024 os quais deverão integrar o próximo reajuste tarifário a ser aplicado sobre as tarifas de energia a partir de 22 de julho de 2025.

13 – Fornecedores

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Encargos de uso da rede elétrica	117	126
Suprimento de energia elétrica	1.407	1.146
Compra de energia elétrica	108	53
Encargos de conexão	1.657	1.537
Materiais e Serviços	74	99
<u>Total</u>	<u>3363</u>	<u>2961</u>

São compostos por contas a pagar a fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Empresa, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

14 – Empréstimos e Financiamentos

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Sicredi - Conta Disposição	-	1.300
Sicoob - Crediauc/SC - Cta. Disposição	-	500
<u>Total</u>	<u>0</u>	<u>1800</u>

15 – Salários e Encargos a Pagar

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Folha de Pagamento Líquida	77	88
Férias	321	349
Tributos Retidos na Fonte	43	52
Consignações em Folha	6	9
<u>Total</u>	<u>447</u>	<u>498</u>

16– Tributos e Contribuições Sociais

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Circulante		
Programa de Integração Social - PIS	67	91
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	310	180
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	425	329
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	67	63
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	18	18
Tributos Retidos na Fonte	-	31
Imposto sobre Serviços	3	4
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	26
Contribuição Social Lucro Líquido - CSLL	5	19
<u>Total</u>	<u>895</u>	<u>761</u>

17 – Encargos Setoriais

De acordo com o descrito no item 3.10 - Encargos Setoriais - Políticas Contábeis Materiais, o quadro a seguir demonstra as obrigações a recolher derivadas dos encargos do consumidor de energia elétrica estabelecidas em Lei:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	10	0
Ministério das Minas e Energia - MME	5	0
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	40	91
Programa de Eficiência Energética - PEE	109	65
PROCEL	20	53
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	0	240
Taxa de Fiscalização	3	2
Adicional Bandeira Tarifária	0	0
<u>Total</u>	<u>187</u> 	<u>451</u>

18 – Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio

A Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais contidas na Lei 9.430/96, facultou a dedutibilidade fiscal do registro contábil de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP vigente no período. Esses juros são computados tendo por base o patrimônio líquido, sendo que, para efeito de dedutibilidade fiscal, devem ser pagos ou creditados aos acionistas, estando limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% das reservas de lucros retidos relativos a exercícios anteriores. Em 2024, a Empresa creditou aos sócios o montante de R\$ 706 mil (R\$ 830 mil em 2023).

Por ocasião da Assembleia Geral Ordinária é feita a definição do valor a ser distribuído a título de dividendos. Em 2023, a distribuição foi no valor de R\$ 1.600 mil, referente a lucros acumulados apurados em exercícios anteriores.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Juros sobre o Capital Próprio - JSCP e Dividendos ref. 2022	-	187
Juros sobre o Capital Próprio - JSCP e Dividendos ref. 2023	239	-
Juros sobre o Capital Próprio - JSCP	706	830
Imposto de renda retido sobre JSCP	(106)	(124)
<u>Total</u>	<u>839</u> 	<u>893</u>

19 – Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 7,5 Milhões, equivalente a 7.500.000 (sete milhões e quinhentas mil cotas) no valor de R\$ 1,00 cada quota.

Reserva de Lucros

A reserva de lucros é constituída pela apropriação dos lucros ou prejuízos apurados em cada exercício social, líquida das destinações de dividendos e juros sobre o capital próprio. Em 31 de dezembro de 2024 possuía o saldo de R\$ 5.492 mil (R\$ 4.138 mil em 2023).

20 – Receita Operacional Líquida

<u>Receita</u>	<u>Nº de consumidores</u>		<u>MWh</u>		<u>Reais Mil</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fornecimento - Faturado	12.975	12.778	47.261	51.972	36.828	36.639
Residencial	10.942	10.790	25.704	23.594	20.337	17.574
Industrial	59	60	2.058	10.191	1.651	6.065
Comercial	1.841	1.804	14.036	13.011	10.851	9.582
Rural	13	14	241	171	174	155
Poder Público	93	86	1.347	1.216	1.130	942
Iluminação Pública	5	5	1.564	1.690	737	720
Serviço Público	22	19	2.311	2.099	1.948	1.601
Uso da Rede Elétrica de Distribuição	8	4	37.501	26.941	8.446	6.539
Consumidores Livres - Industrial	4	4	37.190	26.941	8.395	6.539
Consumidores Livres -Comercial	4	0	311	0	51	-
Fornecimento Não Faturado					29	126
* Obrigações Especiais (-)					(169)	(295)
Ativo Financeiro Setorial Líquido					199	369
Outras receitas					8.062	5.806
Receita da Construção					1.230	1.357
Outras Receitas Operacionais (nota 21)					6.832	4.449
Receita Operacional Bruta					53.395	49.184
Deduções						
Tributos						
PIS/COFINS					(4.543)	(4.186)
ICMS					(7.995)	(6.931)
ISS					(35)	(34)
Subtotal					(12.573)	(11.151)
Encargos Setoriais						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D					(156)	(144)
Programa de Eficiência Energética - PEE					(174)	(136)
Conta de Desenvolvimento Energético					(6.765)	(6.359)
Taxa de Fiscalização					(34)	(32)
Subtotal					(7.129)	(6.671)
Total de Deduções da Receita					(19.702)	(17.822)
<u>Total Receita Operacional Líquida</u>					<u>33.693</u>	<u>31.361</u>

Obs.: O valor expresso em Fornecimento Faturado foi formado por Consumo + Demanda + Fator Potência + ICMS + PIS + COFINS.

***Obrigações Especiais:** A partir da assinatura do Termo Aditivo ao contrato de Concessão, as referidas receitas sofreram alterações quanto à forma de contabilização, as quais deverão ser registradas como um passivo financeiro setorial – Devoluções tarifárias.

21 – Outras Receitas Operacionais

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Arrendamentos e Aluguéis	15	14
Renda da Prestação de Serviços	360	374
Compartilhamento de Infraestrutura	944	874
Subsídios Tarifários Fonte Incentivada e Baixa Renda	4.479	1.945
Subsídios Tarifários Micro e Mini Geração Distribuída	869	1.107
Serviço Taxado	121	107
Outras Receitas	44	28
<u>Total</u>	<u>6831</u>	<u>4449</u>

As outras receitas operacionais estão substancialmente representadas por receitas decorrentes da prestação de serviços taxados, aluguéis de uso mútuo de postes, taxas sobre vistorias, ligação e religação de unidades de consumo, aferição de medidores, emissão de 2ª via de conta, verificação de níveis de tensão a pedido do consumidor e outros que venham a ser estabelecidos pelo órgão regulador.

22 – Custo com Energia Elétrica

Compra de Energia	44.168	50.467	10.171	9.641
Proinfa	1.013	1.158	833	882
Micro e Mini Geração Distribuída	5.417	4.767	2.045	2.398
Geração Própria	3.785	2.568	624	441
Subtotal	54.383	58.960	13.673	13.362
Crédito Pis e Cofins			(1.437)	(1.450)
Total			<u>12.236</u>	<u>11.912</u>
<u>Uso da Rede de Energia</u>				
Encargo de Uso da Rede Elétrica			13.488	12.274
Crédito Pis e Cofins			(1.235)	(1.138)
Total			<u>12.253</u>	<u>11.136</u>
<u>Total Custo com Energia Elétrica</u>	<u>50.598</u>	<u>58.960</u>	<u>24.489</u>	<u>23.048</u>

23 – Custo de Operação

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Custo da Operação		
Pessoal	2.709	2.769
Administradores	419	528
Material	194	292
Serviço de Terceiros	690	683
Arrendamentos e Aluguéis	433	415
Seguros	17	16
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	8	(5)
Tributos	34	32
Amortização	517	502
(-) Recuperação de Despesas	(29)	(35)
Outros Gastos	315	414
Custo da Construção	1.231	1.357
Perdas na Alienação e Desativação de Bens e Direitos	101	82
<u>Total</u>	<u>6.639</u>	<u>7.050</u>

24 – Receitas e Despesas Financeiras

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<u>Receita Financeira</u>		
Receita de Aplicações Financeiras e Juros s/ Capital Próprio	188	324
Multas, Juros e Acréscimos Moratórios de Energia	148	144
Variação Monetária Ativa - Financeiro Setorial	76	-
Outras Receitas Financeiras	109	96
Tributos sobre as Receitas Financeiras	(27)	(29)
<u>Total</u>	<u>494</u>	<u>535</u>
<u>Despesa Financeira</u>		
Juros sobre o Capital Próprio	(706)	(830)
Variação Monetária Passiva - Financeiro Setorial	(21)	(43)
Multas, Juros e Acréscimos Moratórios	(187)	(67)
Outras Despesas Financeiras	(132)	(67)
<u>Total</u>	<u>(1.046)</u>	<u>(1.007)</u>
<u>Resultado Financeiro</u>	<u>(552)</u>	<u>(472)</u>

25 – Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes

A demonstração do resultado do exercício de 2024 está com as adequações fiscais e tributárias em conformidade com a Lei 12.973/14. O imposto de renda e a contribuição social apurados no exercício de 2024, está assim demonstrado:

	<u>31/12/2024</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Lucro antes dos tributos	2.013	2.013
Adições	70	70
Exclusões	(3)	(3)
Compensação de prejuízos anteriores	(333)	(333)
Base de cálculo	1.747	1.747
 Alíquota aplicável	 15%	 9%
 Imposto de renda e contribuição social correntes	 262	 157
Adicional de 10% conforme previsto pela legislação	151	-
Outros ajustes - Incentivos fiscais	(11)	
 Total dos impostos correntes	 <u>402</u>	 <u>157</u>

Até o exercício social de 2023 o IRPJ e a CSLL eram apurados pelo regime tributário do lucro real trimestral. A partir do exercício social de 2024, a empresa optou pelo regime tributário do lucro real anual com apuração mensal.

26 – Instrumentos Financeiros

O negócio da Empresa compreende a distribuição de energia elétrica para os consumidores de sua área de concessão, portanto, os instrumentos financeiros significativos estão relacionados às seguintes transações:

- Aplicações financeiras: os valores contabilizados se aproximam do valor de mercado.
- Valor justo: é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Empresa pelo seu valor contábil, que equivale ao valor justo. Essa situação ocorre em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado ou por possuírem realização no curto prazo.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Empresa, estão assim representados:

Risco de Crédito: O risco surge pela possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Empresa como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Empresa dos consumidores cativos são fixadas pela Aneel, de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão celebrados com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a Aneel determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro

do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, o que pode gerar reajustes menores em relação ao esperado, embora compensados em períodos subsequentes por outros reajustes.

Gerenciamento de Riscos dos Instrumentos Financeiros - A Empresa mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma, possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

27- Provisões para Contingências

Todas as demandas de natureza judicial são acompanhadas continuamente pelos consultores jurídicos da Empresa que, de acordo com critérios previamente definidos pela Administração, classificam as contingências de forma individualizada bem como as expectativas de risco de perda, que pode ser considerada como provável, possível ou remota. Quando uma ação é avaliada com risco de perda provável, é constituída a respectiva provisão para contingência.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não existiam demandas judiciais cuja expectativa de perda estivesse classificada como provável, não havendo, portanto, a necessidade de se constituir provisão para contingências. Entretanto, existem diversas ações movidas por companhias seguradoras contra a Empresa pleiteando ressarcimento decorrentes de danos elétricos reembolsados aos seus segurados. Tais ações, classificadas com risco de perda “possível”, o que requer sua divulgação, importam em 31 de dezembro de 2024 em 95.139 (R\$ 103.746 em 2023).

28 – Seguros

A Empresa mantém apólices de seguros com cobertura suficiente para cobrir eventuais perdas, de acordo com o grau de risco e a natureza, sendo estes de forma regular e renovados anualmente, estando discriminados conforme segue:

<u>Descrição</u>	<u>Inc./ Raio/ Expl.</u>	<u>Vend./ Granizo</u>	<u>Danos Elétr./ Outros</u>	<u>Início</u>	<u>Término</u>
Seguro Almojarifado	600	150	20	abr/24	abr/25
Seguro Demais Imóveis	1550	280	85	abr/24	abr/25
Total Seguro Imóveis	2150	430	105		

<u>Descrição</u>	<u>Danos Materiais</u>	<u>Danos Pessoais</u>	<u>Morte/ Danos Morais</u>	<u>Início</u>	<u>Término</u>
Seguro Veículos	1500	1500	200	mai/24	mai/25
Equipamentos de Veículos	200	0	0	jul/24	jul/25
Total Seguro Veículos	1700	1500	200		

<u>Descrição</u>	<u>Morte</u>	<u>Invalidez</u>	<u>Assist. Funeral</u>	<u>Início</u>	<u>Término</u>
Seguro Pessoal/ Indiv. - Direção	221	221	5	abr/24	mai/25
Seguro Pessoal/ Indiv. - Demais	110,6	110,6	5	abr/24	mai/25

29 – Ajuste a Valor de Presente

A Empresa observou as disposições previstas no CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, cujos resultados apurados nas contas de clientes, outros créditos e fornecedores foram considerados irrelevantes, não havendo, portanto, a necessidade de se efetuar ajuste a valor presente sobre os saldos existentes nas referidas rubricas contábeis.

30 – CDE Modicidade Eletrobrás

Conforme Resolução CNPE nº 15/2021, parte dos recursos decorrentes da Privatização da Eletrobrás

serão destinados à modicidade tarifária por meio de aportes ao fundo setorial CDE, com início em 2022 e término em 2047.

No decorrer desse período, os recursos anuais aportados ao Fundo Setorial da CDE serão repassados às distribuidoras para reversão nos processos tarifários subsequentes em benefício dos consumidores.

Segue abaixo os repasses anuais:

Exercício de 2022 – 27/02/2022 R\$ 1.044.319,52

Exercício de 2023 – 28/04/2023 R\$ 131.677,26

Exercício de 2024 – 29/04/2024 R\$ 276.544,05

31– Divulgação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis societárias da Empresa estão disponíveis no site www.muxenergia.com.br.



Alexandre Zanini

Diretor Presidente

CPF - 234.351.190-04



Rosane Rovani de Linhares

Contadora

CPF - 494.609.860-72



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Quotistas da
Muxfeldt Marin & Cia Ltda
Tapejara - RS.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Muxfeldt Marin & Cia Ltda** (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Muxfeldt Marin & Cia Ltda** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante



no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá - PR, 21 de março de 2025.

BEZ Auditores Independentes Ltda.
CRC PR 5.010/O-2


Marco Antônio Harger Lückmann
Contador CRC SC 023.456/O-6 T - PR